

### ATUAÇÃO DO MPCE

- 24/11/2021 - Fortaleza: Após articulação do MPCE, Secretaria da Educação divulga dados de alunos com deficiências visual e auditiva e apresenta fluxo para realização de exames – MPCE
- 22/11/2021 - MPCE lança campanha “Orfãos da Covid-19” e Guia Informativo sobre direitos de crianças e adolescentes nessa condição – MPCE
- 18/11/2021 - MPCE recomenda à Prefeitura de Fortaleza liberação de recursos para confecção das carteiras de estudante para 2023 – MPCE
- 17/11/2021 - MPCE recomenda que escolas de Juazeiro do Norte antecipem matrículas de alunos com deficiência – MPCE
- 12/11/2021 - MPCE entrega cartilhas de projetos de ética e cidadania aos municípios de Quixeramobim e Mombaça – MPCE
- 11/11/2021 - Caoeduc e CEAF realizam capacitação para alinhar estratégias de fiscalização do Fundeb pelo MPCE - MPCE
- 10/11/2021 - MPCE entrega cartilhas de projetos de educação e cidadania ao Município de Iguatu – MPCE
- 04/11/2021 - Crato: Decon fiscaliza colégios particulares para evitar aumentos abusivos de mensalidades e de lista de material escolar – MPCE

### ATUAÇÃO DO OUTROS MINISTÉRIOS PÚBLICOS

- 30/11/2021 - MPPA participa de seminário sobre políticas públicas para a educação básica – MPPA
- 30/11/2021 - CAO Educação orienta membros do MPPE a instaurar procedimentos para coibir recusa de matrícula de estudantes com deficiência – MPPE
- 29/11/2021 - MPTO e Assembleia Legislativa firmam convênio para desenvolver atividades educacionais – MPTO
- 29/11/2021 - Evento do MPTO discute o direito à educação e os reflexos da pandemia na qualidade do ensino – MPTO
- 28/11/2021 - MP-AP realiza audiência com as Secretarias Municipal e Estadual da Educação sobre Matrícula Escolar em 2022 – MPAP

- 26/11/2021 - MPAM participa de ciclo de palestras sobre questões de gênero e violência escolar em Presidente Figueiredo – MPAM
- 26/11/2021 - MP participa de audiência pública virtual para debater a educação de jovens e adultos em Salvador – MPBA
- 26/11/2021 - Compór viabiliza acordos e beneficia mais de 265 mil estudantes na retomada das aulas presenciais em Minas Gerais – MPMG
- 26/11/2021 - ACP requer retorno das aulas presenciais para garantir acesso à educação – MPPA
- 26/11/2021 - Estado e município de Caraguatatuba deverão ofertar professor auxiliar na rede pública – MPSP
- 25/11/2021 - Ex-diretor de núcleos escolares de Teixeira de Freitas é denunciado por peculato – MPBA
- 25/11/2021 - CAO Educação disponibiliza material de apoio para atuação nos municípios que ainda não retornaram com as atividades educacionais na forma presencial – MPPE
- 25/11/2021 - MPRJ apresenta relatório final de atividades realizadas pela Força-Tarefa de Educação durante a pandemia de Covid-19 – MPRJ
- 25/11/2021 - Em nota técnica, MPSC sustenta que diretor de escola pública deve ter qualificação técnica e ser escolhido com a participação da comunidade escolar – MPSC
- 24/11/2021 - MP discute retorno presencial às aulas com a Secretaria de Educação de Candeias – MPBA
- 24/11/2021 - Evento do MPES debate ensino da cultura afro-brasileira, intolerância religiosa e Lei Aldir Blanc – MPES
- 24/11/2021 - MPES lança cartilha para orientar sobre benefício da meia-entrada dos estudantes – MPES
- 24/11/2021 - Nota Oficial do MPPE sobre a atuação no acompanhamento do processo de matrícula de novas crianças na rede pública de educação do Recife – MPPE
- 24/11/2021 - MPPE marca presença no evento Transporte Escolar em Pernambuco: parcerias, desafios e avanços – MPPE
- 23/11/2021 - Escolas públicas com contas em dia podem se inscrever para receber recursos – MPDFT
- 23/11/2021 - MPPA realiza projeto "Educação entre pares", em parceria com Seduc e Unicef – MPPA

- 22/11/2021 - Ano letivo de 2022 deverá iniciar sem lista de espera por vagas em creches em Concórdia – MPSC
- 19/11/2021 - MP-AP reúne com a Comissão de Educação da Câmara Municipal de Macapá – MPAP
- 19/11/2021 - CAODS faz coleta de dados sobre problemas na educação pública – MPPA
- 19/11/2021 - TJSC concede medida cautelar ao MPSC e suspende lei que admite ensino domiciliar em Chapecó – MPSC
- 18/11/2021 - CNMP realiza evento sobre taxionomia própria para o direito à educação – MPAM
- 18/11/2021 - Mossoró: MPRN recomenda que Prefeitura contrate estagiários para Educação Especial – MPRN
- 16/11/2021 - MPAM acompanha a adoção de medidas para retomada de aulas presenciais em Presidente Figueiredo – MPAM
- 16/11/2021 - Colégio Antônio Vieira se compromete com MP a fiscalizar cantinas – MPBA
- 16/11/2021 - Prodecon obtém decisões que garantem abatimento em mensalidades durante pandemia – MPDFT
- 16/11/2021 - CURURUPU - MPMA recomenda retorno às aulas presenciais – MPMA
- 16/11/2021 - MPPA ajuíza ACP para garantir reformas e novas sedes de escolas – MPPA
- 16/11/2021 - Encontro reúne especialistas em debate sobre Financiamento da Educação – MPRJ
- 16/11/2021 - Mossoró: acordo judicial com MPRN garante retorno à aula 100% presencial – MPRN
- 14/11/2021 - Município de Bayeux atende recomendação do MPPB; escolas do 6º ao 8º ano terão atividades presenciais a partir de 4ª feira – MPPB
- 13/11/2021 - Em audiência na Promotoria da Educação, representantes do Habitacional Macapaba apresentam problemas estruturais dos educandários – MPAP
- 12/11/2021 - Covid-19: MPDFT vistoria aulas presenciais na rede pública – MPDFT
- 12/11/2021 - MPDFT vistoria escolas para verificar condições de aulas presenciais – MPDFT
- 12/11/2021 - Promotoria de Vianópolis entrega premiação de concurso educacional que promoveu o uso racional da água – MPMGO

- 12/11/2021 - CARUTAPERA - MPMA viabiliza solução de problemas elétricos e emergenciais em escola – MPMA
- 12/11/2021 - MPMA participa de lançamento do projeto Judiciário nas Escolas – MPMA
- 12/11/2021 - MPMG obtém liminar determinando à Unipac, em Aimorés, que cumpra o dever de informação e suspenda a cobrança de taxas indevidamente cobradas dos alunos – MPMG
- 12/11/2021 - GT de Educação, do CAODS, debate principais nuances do retorno às aulas presenciais nos municípios paraenses – MPPA
- 12/11/2021 - PJ Agrária participa do III Seminário de Educação Escolar Quilombola – MPPA
- 12/11/2021 - A pedido do MPPA, Justiça determina implementação de bibliotecas e salas de informática nas unidades da Fasepa – MPPA
- 12/11/2021 - MPRS emite nota pública sobre o retorno às aulas presenciais e a necessidade de procedimentos para busca ativa dos alunos – MPRS
- 11/11/2021 - MPAL promove ações em defesa da vida para alunos de escola pública de Coruripe – MPAL
- 11/11/2021 - MPDFT lança edital para premiar escolas que têm prestação de contas em dia – MPDFT
- 11/11/2021 - MPPA e SEDUC debatem sobre readequação de escola na Pedreira – MPPA
- 11/11/2021 - MPRN recomenda cumprimento de sentença judicial para reforma de escola em Mossoró – MPRN
- 11/11/2021 - Campanha em Pedro Osório e Cerrito busca mobilizar pais e alunos para o retorno às aulas presenciais – MPRS
- 10/11/2021 - MP-AP reúne com Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Amapá – MPAP
- 10/11/2021 - Operação do MPMGO flagra veículos do transporte escolar irregulares em Itauçu e acordo com município define adequações – MPMGO
- 10/11/2021 - CAO Educação promove ciclo de reuniões com Promotorias de todo o Estado com foco no retorno às aulas presenciais, na infraestrutura das escolas e no combate à evasão escolar – MPPE
- 09/11/2021 - Cartilha contra a corrupção do MPAL será aplicada para estudantes da Universidade Estadual de Alagoas – MPAL

- 09/11/2021 - SÃO LUÍS - MPMA discute com a Semed situação das escolas municipais – MPMA
- 09/11/2021 - Promotoria expede recomendação a vários órgãos para garantia de melhorias em escola do município – MPPA
- 08/11/2021 - Ministério Público lança projeto em busca de água potável para escolas públicas e particulares de Alagoas – MPAL
- 08/11/2021 - MPPA participa de oficina de sobre a regionalização do processo de alimentação escolar – MPPA
- 08/11/2021 - MPPA realiza reunião com representantes escolares de Ananindeua – MPPA
- 08/11/2021 - Rio do Fogo: MPRN e Prefeitura firmam acordo para regularizar frota escolar – MPRN
- 08/11/2021 - Cabrobó: MPPE recomenda criação de protocolo para coibir assédio sexual, bullying e discriminação nas escolas – MPPE
- 08/11/2021 - Palmares se compromete a adotar uma série de medidas para adequar o serviço de transporte escolar – MPPE
- 08/11/2021 - MPRR propõe Ação de Inconstitucionalidade contra distorções no sistema de cotas do vestibular da UERR – MPRR
- 05/11/2021 - IMPERATRIZ - MPMA consegue manter formatura dos alunos do curso de Terapia Ocupacional da Facimp – MPMA
- 05/11/2021 - CAO dos Direitos Sociais tem realizado reuniões para discutir retorno às aulas presenciais – MPPA
- 05/11/2021 - Promotoria realiza reunião sobre retorno das aulas presenciais na UEPB – MPPB
- 05/11/2021 - Governador Dix-Sept Rosado: MPRN move ação pela volta ao ensino presencial – MPRN
- 04/11/2021 - MPRO participa de audiência pública para discutir Plano Estadual de Educação na ALERO – MPRO
- 03/11/2021 - Promotoria expede Recomendação para conclusão de reforma de escola e retorno de atividades presenciais – MPPA
- 03/11/2021 - Voltei: MPPE se reúne com agentes públicos de Sairé e Belo Jardim para estimular ações de combate à evasão escolar – MPPE

---

## OUTRAS NOTÍCIAS

---

22/11/2021 - MEC atualiza Plataforma Universidade 360º com indicadores de gestão para aprimorar transparência entre instituições e cidadãos – MEC

17/11/2021 - Ministro Edson Fachin suspende lei de Rondônia que proíbe linguagem neutra em instituições de ensino – STF

---

## EVENTOS

---

### Semana do MPCE 2021

**Tema:** Pós-pandemia: Estratégias de enfrentamento da exclusão escolar, a busca ativa e a atuação do MP

**Palestrante:** LUCAS SACHSIDA JUNQUEIRA CARNEIRO - Promotor de Justiça do MPAL. Coordenador da Comissão Permanente de Educação - GNDH

**Presidente de Mesa:** ELIZABETH MARIA ALMEIDA DE OLIVEIRA - Procuradora de Justiça e Coordenadora do CAOEDUC

**Debatedor:** LUIZ ALEXANDRE CYRILLO PINHEIRO MACHADO COGAN – Promotor de Justiça e Coordenador Auxiliar do CAOEDUC

**Data:** 15/12/2021

**Horário:** 14h00

**Público-alvo:** Membros, servidores, estagiários e colaboradores do MPCE

**Inscrições:** <https://cursos.mpce.mp.br/>

---

## ATUALIZAÇÃO LEGISLATIVA

---

**Decreto nº 10.852, de 8.11.2021** - Regulamenta o Programa Auxílio Brasil, instituído pela Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021.

**Decreto nº 10.866, de 23.11.2021** - Altera o Decreto nº 10.852, de 8 de novembro de 2021, para dispor sobre a Bolsa de Iniciação Científica Júnior.

**Lei nº 17.781, 23.11.2021 (D.O. 25.11.21)** – Institui o Dia de Combate ao Cyberbullying no âmbito do Estado do Ceará

**Lei nº 17.778, 23.11.2021 (D.O. 25.11.21)** – Institui a Semana Estadual João Nogueira Jucá de Prevenção aos incêndios nas escolas.

**Resolução nº 22, de 16 de novembro de 2021** - Destina recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, as escolas públicas estaduais e distritais, a fim de apoiar a implementação do Programa Itinerários Formativos.

**Resolução nº 21, de 16 de novembro de 2021** - Altera a Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020,

que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

## JURISPRUDÊNCIA

**TJMG – EDUCAÇÃO INFANTIL - MATRÍCULA DE CRIANÇA EM CRECHE PRÓXIMA A SUA RESIDÊNCIA – REMESSA NECESSÁRIA - MANDADO DE SEGURANÇA - MATRÍCULA DE MENOR EM CRECHE - CMEI - DIREITO CONSTITUCIONALMENTE ASSEGURADO - ART. 54, IV, DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - DEVER DO PODER PÚBLICO -SENTENÇA CONFIRMADA.** - A Constituição da República preleciona, em seus artigos 205 e 208, inciso IV, que a educação é direito de todos e dever do Estado e que referido direito será assegurado mediante a garantia, dentre outros, de educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade - A Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, estendeu o direito constitucional às crianças de zero a 06 (seis) anos de idade, mediante o atendimento em creche e pré-escola - Diante da previsão legal, deve ser mantida a sentença que determina ao ente municipal que providencie a matrícula da criança em CMEI ou instituição conveniada próxima à sua residência. (TJ-MG - Remessa Necessária-Cv: 10694200005015002 Três Pontas, Relator: Luís Carlos Gambogi, Data de Julgamento: 25/11/2021, Câmaras Cíveis / 5ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 29/11/2021)

**TJCE – EDUCAÇÃO SUPERIOR - IMPOSSIBILIDADE DE TRANSFERÊNCIA DE ALUNOS SEM OS REQUISITOS DO ARTIGO 49 DA LDB** - INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. TRANSFERÊNCIA DE ESTUDANTES DE MEDICINA ENTRE INSTITUIÇÕES CONGÊNERES. ALEGAÇÃO DE DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NO ÂMBITO DESTA CORTE. INOCORRÊNCIA. ENTENDIMENTO PACÍFICO QUANTO À IMPERIOSA NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 49 DA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. 1 O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas IRDR foi criado pelo Código de Processo de 2015 como fórmula de racionalização, aperfeiçoamento e agilização da prestação jurisdicional mediante a fixação de entendimento uniforme sobre questão de direito repetitiva que encontra soluções antagônicas no âmbito do mesmo tribunal, de modo a ser resguardada a previsibilidade das decisões judiciais e a segurança jurídica. 2 Os requisitos para que seja admitido o IRDR estão elencados no art. 976 do Estatuto de Ritos, quais sejam, a) efetiva repetição de processos com controvérsia jurisprudencial acerca da mesma questão unicamente de direito e b) risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica. Frise-se que os mencionados requisitos são cumulativos. 3 In casu, porém, a despeito da argumentação ventilada na exordial restou manifestamente demonstrado que a posição adotada de forma pacífica por todas as Câmaras de Direito Privado deste Sodalício (órgãos judicantes competentes para processar e julgar a matéria) é no sentido da impossibilidade de transferência de alunos do curso de medicina entre instituições de ensino superior, ainda que congêneres, sem que sejam observados os requisitos estabelecidos no art. 49 da Lei nº 9.394/96. 4 IRDR não admitido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os desembargadores integrantes da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade de votos, em não admitir o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, nos termos do relatório e do voto da Relatora que passam a fazer parte integrante do presente acórdão. Fortaleza (CE), 29 de novembro de 2021. MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES Desembargadora Relatora. (TJ-CE - Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas: 06271220420178060000 CE 0627122-04.2017.8.06.0000, Relator:

MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES, Data de Julgamento: 29/11/2021, Seção de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2021)

**TJMT – ACESSO À EDUCAÇÃO – NECESSIDADE DE REFORMA EM ESCOLA ESTADUAL** - AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO CIVIL PÚBLICA - IRREGULARIDADE EM ESCOLA ESTADUAL – NECESSIDADE DE REFORMA - ACESSO À EDUCAÇÃO - DIREITO FUNDAMENTAL – PREENCHIDOS OS REQUISITOS AUTORIZADORES - CABÍVEL A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Diante da proteção integral à criança e ao adolescente garantida pelo ECA e pela Constituição Federal, resta mitigado o disposto no art. 1º, § 3º e art. 2º, ambos da Lei 8.437/92. 2. Presentes os requisitos legais, mostra-se cabível a antecipação da tutela a fim de determinar a realização das obras com o propósito de sanar os problemas emergenciais, necessários para o pleno e adequado funcionamento da unidade escolar, a fim de garantir o direito fundamental e prioritário de acesso à educação a crianças e adolescentes. 3. Recurso conhecido e provido. (TJ-MT 10228080420208110000 MT, Relator: YALE SABO MENDES, Data de Julgamento: 24/11/2021, Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo, Data de Publicação: 26/11/2021)

**TJSC – EDUCAÇÃO INCLUSIVA – DISPONIBILIZAÇÃO DE SEGUNDO PROFESSOR ESPECIALIZADO EM SALA DE AULA** - APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. DISPONIBILIZAÇÃO DE SEGUNDO PROFESSOR EM SALA DE AULA. INFANTE DIAGNOSTICADA COM TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE (CID 10. F.90.0) E TRANSTORNO MISTO DE HABILIDADES ESCOLARES (CID 10. F.81.3) POR PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE. ATESTADOS MÉDICOS E RELATÓRIOS PEDAGÓGICOS INDICANDO A NECESSIDADE DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A MENOR. DIREITO DA PARTE COM ABSOLUTA PRIORIDADE A EDUCAÇÃO PLENA E EFICAZ. PROTEÇÃO AO DIREITO DA PESSOA POSTADORA DE DEFICIÊNCIA. OBRIGAÇÃO QUE SE IMPÕE. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.